

A BUSCA DA IDENTIDADE NACIONAL INTEGRALISTA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA DE PLÍNIO SALGADO¹

Leandro Pereira Gonçalves²

Resumo: Este trabalho pretende analisar os romances de Plínio Salgado como testemunho de uma determinada classe social, seguindo o referencial teórico proposto por Lucien Goldmann. Nessa obra, pode ser encontrada uma fonte historiográfica reveladora para a compreensão da ideologia presente na Ação Integralista Brasileira.

Palavras-chave: literatura, estruturalismo genético, integralismo.

Abstract: This research intends to analyse Plinio Salgado's romances, as a testimony of a determined social class, following the theoretic reference proposed by Lucien Goldmann. In this literary work, a revealing historiographic fount can be found, to the comprehension of the ideology present in the Brazilian Integralist.

Keywords: literature, genetic structuralism, integralism.

São Paulo – década de 1920 – local onde se reunia importante grupo de intelectuais. Momento em que artistas iniciam a busca da chamada identidade nacional. O ingrediente ideológico central dos intelectuais brasileiros no período seria a defesa da nacionalidade, mas esses nacionalismos defendidos por tantos nesses tempos, aparentemente, seriam semelhantes. Ideologicamente, eles apresentavam diversas formas de planos e modelos para o Estado Nacional que estavam sendo forjados em concomitância com seus paradoxos e contradições, com os demais países do Ocidente inseridos no processo de re-ordenação mundial no período entre-guerras.

Intelectuais engajados em projetos relacionados às suas concepções de sociedade brasileira, sob efeito de identidades de classes distintas, iniciam a busca do modelo ideal para o Brasil. Diversas correntes ideológicas estavam presentes, em disputa por aderentes –

¹ Este artigo tem como base os capítulos II e III da dissertação de mestrado *Literatura e Autoritarismo*: o pensamento político nos romances de Plínio Salgado, orientada pelo Prof. Dr. Gilberto Mendonça Teles.

² Professor assistente do curso de História do *Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora*; Mestre em Literatura brasileira pelo *CES/JF*; Especialista em História do Brasil pela *PUC/MG*; Graduado em História pelo *CES/JF*. Participante do *Grupo de Pesquisa Literatura e Autoritarismo (UFESM)* e do *Grupo Observatório da Indústria Cultural (UFF)*. E-mail: leandropgoncalves@gmail.com.

procurando se organizar enquanto partidos no período: de fascistas a comunistas. Em todos os modelos, o discurso utilizado era o nacionalismo, pois a década de 1920 iria marcar uma concepção nova de um forte sentimento em busca da nova civilização brasileira. Esse seria o caminho constante, através de metáforas dos intelectuais brasileiros, de novos projetos e modelos de nação.

Momentos de turbulências políticas, de “séria crise socioeconômica e política, cuja solução somente se daria de fato, com a instalação do Estado Novo em 1937” (MENDONÇA, 2000, p.319). Época de reformulações, na qual os intelectuais assumiam publicamente as representações de interesses que pretendiam populares, mas reproduzindo, no entanto, seus projetos de classe. Nesse sentido, a representação significaria a interpretação do papel de intelectual. Segundo Daniel Pécaut (1990, p.15): “os intelectuais já não precisam reivindicar uma posição de elite: sua legitimidade decorre justamente de se fazerem intérpretes das massas populares.” Ser intelectual como afirma Michel Foucault (2002, p.8-9), é ser um pouco a consciência de todos: “o intelectual seria a forma clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva.”

Para Gramsci, a função do intelectual, a que define a sua própria existência, é a de organizador de sua classe, aquele, que em seus textos e/ou ações – texto também como ato interventor – pretende interpor seu conhecimento como estratégia e/ou análise dos contextos nos quais estão inseridos. Gramsci chama atenção para a relação entre “nacional” e “popular” que em muitas línguas se confundem. O filósofo italiano mostra que a definição de cultura nacional não deve se restringir à literatura narrativa, mas ampliar-se a outras formas de expressão. De todo modo, caberia ao intelectual – concebido, então como representante e produtor de idéias – expressar as perspectivas de seus pares, dos interesses de suas classes em relação ao que concebe como nacional e sua relação como seu conceito de popular.

Mikhail Bakhtin, por sua vez, tal como Gramsci, adotando a análise dialética da filosofia da práxis, entende a produção dos textos literários – como produção intelectual – na forma da interdiscursividade. Ou seja, não há textos produzidos ou lidos que não absorvam as diversas formas de expressão popular. Bakhtin percebe como Gramsci também o fez, que a apropriação de elementos de

representação de classes populares servem de base para projetos que visam à manutenção da hegemonia política pelas classes economicamente dirigentes. Assim sendo, a produção intelectual segue os “inter-câmbios”, conflituosos e contraditórios, das relações entre as classes sociais no conjunto complexo em que cabem as múltiplas referências e determinações – culturais, políticas e econômicas (estrutura e superestrutura) – que Gramsci chamou de Estado ampliado.

Esses intelectuais do período entre-guerras, especialmente os do movimento modernista brasileiro, não aceitariam mais a idéia de uma “inferioridade étnica” que persistia e ainda persiste, a partir da perspectiva do “espelho” europeu, principalmente. Esses escritores buscavam a organização da nacionalidade a partir de modelos específicos de Estado, apropriando-se do conceito de nação também particulares e divergentes. Propõem novas perspectivas de país e essas são reflexos da conjuntura internacional que anunciava um declínio da Europa e a aurora americana.

No caso específico do Brasil, era possível encontrar uma gama de intelectuais dispostos a criarem novos conceitos de nação através de ideais de organização do Estado. Grande parte desses intelectuais iria utilizar influências claramente espelhadas nos modelos estrangeiros. São esses os que chamamos de “intelectuais da periferia”, que estariam sempre deslocados e lançando ao mundo sua “mirada estrábica” (PIGLIA, 2001). Mas nada retiraria desses intelectuais a possibilidade de uma visão mais ampla. Enquanto o intelectual metropolitano se reconhece apenas como o centro, o intelectual periférico é forçado a conhecer a margem e o centro e acostuma-se a transitar em ambos os lugares. Essa relação os auxiliaria no desenvolvimento do papel intelectual periférico na sua criação e organização ideológica e que apresentará, como conseqüência central, a formação da proposta de uma criação da nova civilização brasileira, pautada na influência das expressões das incursões imperialistas que seria evidente dentro desse contexto nacional.

Alguns autores, especialmente sociólogos, durante a década de 1970, no Brasil, leriam essas influências como questões de absorções puramente miméticas dos modelos europeus ou dos padrões da hegemonia do modelo de Estado ocidental capitalista. Florestan Fernandes e Gilberto Vasconcellos reconheceram, por exemplo, no movimento integralista uma tendência ao mimetismo, mas não como uma cópia fiel

ao movimento europeu. Essa leitura, versão conjuntural do “sentido da colonização” forja importante, mas engessada de um modelo de colonização interpretado a partir da Europa, do qual faz parte a “teoria da dependência”, que via com restrições a capacidade dos intelectuais brasileiros de pensarem o Brasil com independência intelectual dos modelos estrangeiros (VASCONCELLOS, 1979, p.11-16).

Na perspectiva da necessidade de análise dessas relações delineadas acima: de múltiplas influências e inter-relações sociais, culturais e econômicas, que o contexto internacional e nacional abrange. Este trabalho propõe a analisar algumas das tendências ideológicas, reflexo e referência de um tempo de grandes incertezas. É nesse sentido que parte da intelectualidade brasileira propõe a discutir o Brasil a partir das manifestações artísticas. Seria com essa proposta que ocorreria nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no *Teatro Municipal de São Paulo*, a *Semana de Arte Moderna*, que contou com a presença de um grupo considerado inovador, encarando, através da ironia e ou da gravidade, a forma de identificar o Brasil em um período de grandes mudanças mundiais. Segundo Nelson Werneck Sodré, o movimento: “deve ser entendido e interpretado como episódio inicial de uma seqüência. Episódio inicial cujo alcance pode ser estimado no simples fato de corresponder, a rigor, o lançamento da literatura brasileira” (SODRÉ, 1976, p.525-526).

Para Mário de Andrade (1978, p.235), um dos idealizadores do evento, o modernismo foi uma ruptura, mas com revestimentos diretamente importado da Europa. Dessa forma, seriam criados vários retratos do Brasil, entre os intelectuais da *Semana* que assumiriam, assim, o seu caráter heterogêneo de produzir visões sobre a nacionalidade. O Brasil na modernidade não seria algo mecânico e instantâneo. Essa passagem ocorreria de diversas formas e para existir esse processo, seria necessário buscar o entendimento do passado e com isso ocorriam as divergências entre os modernistas na busca de respostas de visões sobre a nacionalidade.

No início dos anos de 1920, ocorre uma grande transformação da maneira de se pensar como consequência de mudanças que passaram a existir após a Primeira Guerra Mundial, principalmente na intelectualidade brasileira. O fim da guerra trouxe para o Brasil como para outros cantos do mundo, a discussão de modernidade que já era latente.

Desde a chamada “Geração 1870” composta por vários escritores como: Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Graça Aranha, é possível observar a presença da modernidade, pois o objetivo desse grupo era justamente criar as chamadas idéias que traziam sensação de impacto, criando um contraste com o antigo. Dentro desse movimento, um tema passou a ser objeto de grande discussão intelectual: quais os elementos que definem o Brasil e quais as especificidades do que é ser brasileiro (VELLOSO, 2003, p.354).

Segundo Monica Pimenta Velloso, ser brasileiro para essa geração é ser algo atrasado dentro do contexto internacional e o escritor um ser repleto de emoção e imaginação devido a sua falta de disciplina associada a um estilo tropical de vida, cabendo a esse intelectual a missão de revelar a nacionalidade dentro de um contexto autoritário, pois a elite cabe a função, como única detentora do saber, a condução do processo social de identificação da identidade nacional (VELLOSO, 2003, p.355).

No período equivalente até o momento desencadeador da Primeira Guerra ocorre uma preparação intelectual para a modernização, antagonizando-se em um intenso conservadorismo. Com o fim do conflito, a inferioridade étnica até então existente nos discursos da intelectualidade não estará mais tão presente e ocorre, assim, a busca de organização da nacionalidade, através de um esforço intelectual no sentido de definir a idéia de identidade nacional.

Aos poucos os modernistas da *Semana de 1922* começaram a se organizar em grupos ideológicos e a expressar suas concepções nos manifestos. O primeiro deles foi o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, lançado por Oswald de Andrade em 1924. Nele é apresentada uma definição de novos princípios para a poesia por meio de uma revisão cultural do Brasil com a valorização do elemento primitivo. Defende a assimilação do inimigo estrangeiro para fundi-lo à cultura nacional e busca a produção de uma síntese dialética que tem como objetivo resolver as questões de dependência cultural, formuladas tradicionalmente atrás do binômio: nacional e cosmopolita. O manifesto rejeita as formas cultas e convencionais da arte e defende o abstracionismo e a recuperação dos elementos autóctones, aliadas às conquistas tecnológicas do século XX (TELES, 2002, p.326-331).

Estas idéias passam a ter a sua radicalização com o lançamento do *Manifesto Antropofágico*, em 1928, do mesmo Oswald de Andrade que o apresenta como sendo a síntese das idéias amadurecidas durante a fase do modernismo brasileiro, tendo como base de inspiração o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels. Ele coloca o objeto estético para o sujeito social e coletivo como centro das preocupações, propondo um novo perfil do Brasil e sua variedade étnica. Segundo Oswald de Andrade, a descoberta do Brasil pôs fim ao matriarcado primitivo, à propriedade comum do solo e ao Estado sem classes defendendo que já existe no Brasil o comunismo (TELES, 2002, p. 353-360).

No *Manifesto Pau-Brasil* e *Antropofágico*, é possível enxergar uma outra brasilidade através de Oswald de Andrade. Através do *Manifesto Antropofágico*, a aglutinação cultural é mostrada como caminho da nacionalidade brasileira e crê na utopia como força capaz de impulsionar o processo de transformação social. Dessa forma pode-se explicar sua filiação ao PCB (*Partido Comunista do Brasil*), já que defende o riso e a utopia como chave para a nacionalidade (VELLOSO, 2003, p.377). A utopia nesse sentido não é vista apenas no significado puro de sonho: “As utopias não se limitam assim, a expressar um sonho, mas atualizam um conhecimento da verdadeira natureza humana, que só pode se desenvolver num contexto ideal.” (BIGNOTTO, 1993, p.63). Mário de Andrade, no entanto, prioriza a integração dinâmica: passado e presente, não como reprodução, mas como meditação, promovendo uma cultura investigativa relacionada com as questões contemporâneas.

Em uma de suas maiores criações: *Macunaíma*, Mário de Andrade defende a criação de uma arte brasileira, através de um Brasil móvel e critica a visão regional que para ele impede o desenvolvimento de uma identidade nacional. Segundo Adriana Facina:

Macunaíma possui um significado especial para a história do Modernismo no Brasil e ocupa um lugar central na trajetória intelectual de seu autor. [...] É possível afirmar que Macunaíma é um dos muitos retratos do Brasil feitos pelos intelectuais brasileiros nas décadas de 1920 e 1930 (FACINA, 2000, p.113).

Contra estes manifestos e processos ideológicos, divulgou-se, em 1929, o *Manifesto do Verde-amarelismo*. Nele pode ser encontrado um discurso baseado no nacionalismo cultural e político, inserido no

contexto de ascensão dos movimentos totalitários europeus e inspirado nesses regimes autoritários em que o nacionalismo deste grupo mostra sua ação, pois para os intelectuais envolvidos neste manifesto, a estrutura republicana é incompatível com seus ideais de defesa. Os principais defensores desta ideologia eram Cassiano Ricardo e Plínio Salgado.

Radicalizando as idéias defendidas no manifesto, Plínio Salgado criou o *Movimento da Anta*, no qual o ultra-nacionalismo era levado ao extremo e que seria a base para a fundação da *Ação Integralista Brasileira*, grupo político criado pelo próprio Plínio Salgado em 1932:

Pode-se, pois, legitimamente concluir que o engajamento literário representou uma experiência mais crucial para Salgado do que sua participação em atividades políticas. Primeiramente, porque o modernismo conduz toda uma geração a tomar consciência de que, para encontrar a identidade nacional, é preciso rejeitar os moldes estéticos e literários europeus, fonte de alienação cultural das elites. Além disto, porque esta nova consciência deve ser alimentada por um nacionalismo realista, fundado na exaltação do índio, da nova raça em formação e das potencialidades da Nação, para fazer face ao nacionalismo romântico, idealizador do 'bom selvagem' literário e influenciado pela cultura européia. Enfim esta consciência nacionalista adquire um significado político na medida em que o movimento modernista, colocando em causa as elites tradicionais, ameaça o sistema dominante. Neste contexto, a literatura e a política interpenetram-se (TRINDADE, 1979, p.48).

A relação de Plínio Salgado com a política e a literatura é predominante, pois por meio do modernismo nasce a concepção de uma ideologia política que iria evidenciar no Brasil durante (quase seis anos) toda a década de 1930, aglutinando milhares de brasileiros em torno da imagem deste escritor que se tornou um líder político, através da *Ação Integralista Brasileira*.

A formação do movimento integralista brasileiro deu-se no início da década de 1930, sob a liderança do escritor e jornalista Plínio Salgado. Em outubro de 1932, o escritor divulgou o *Manifesto de Outubro*, propondo a formação de um grande movimento nacional. O movimento registrou-se sob a denominação de *Ação Integralista Brasileira (AIB)*. Sua organização, influenciada pelos movimentos fascistas europeus, priorizava a arregimentação de militantes e seu enquadramento em uma estrutura hierárquica. A partir de então, logrou

intenso e rápido crescimento, ascendente até a decretação do Estado Novo em novembro de 1937. Plínio Salgado colocava-se como Chefe Nacional do movimento e todos os demais membros tinham que jurar obediência às suas ordens, sem discussão.

O integralismo atacava o liberalismo, os partidos políticos e o parlamento, considerando a democracia liberal como destruidora da alma nacional e responsável pela disseminação do comunismo, inimigo maior a ser combatido. Apresentando-se como um movimento de despertar da Nação, o integralismo canalizava para a ação política as angústias e temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político. O perigo comunista da revolução soviética e as mobilizações do proletariado acentuaram o temor de proletarização dos setores médios, universo em que o integralismo recrutava a maior parte de seus militantes.

Plínio Salgado nasceu na cidade de São Bento do Sapucaí, em São Paulo, em 1895. Sempre teve uma grande participação política e tornou-se um jornalista conhecido na cidade de São Paulo, a partir de 1919. Através das agitações modernistas, tornou-se um romancista respeitado após a publicação de uma trilogia romanesca denominada “Crônicas da Vida Brasileira”, composta pelas obras: *O estrangeiro*, de 1926; *O esperado*, de 1931, e *O cavaleiro de Itararé*, de 1933. Plínio Salgado escreveu mais três romances: *A voz do oeste*, em 1934; *Trepandé* – redigido entre 1938 e 1939, mas publicado apenas em 1972 – e *O dono do mundo*, escrito no fim de sua vida, aproximadamente entre o período de 1974 e 1975. Este último romance não foi finalizado em decorrência de sua morte, sendo publicado apenas no ano de 1999.

Em viagem à Europa, Plínio Salgado conheceu novos regimes políticos que surgiam, principalmente o fascismo italiano de Benito Mussolini que o fazia pensar na saída para o Brasil, que seria realmente um nacionalismo agressivo que impusesse a hegemonia brasileira na América do Sul. Em uma carta de 1936, escreveu sobre o encontro com Mussolini:

Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente de nosso país. Também como eu, ele pensa que, antes da organização de um partido, é necessário um movimento de idéias [...] Refleti sobre a necessidade que temos de dar ao povo brasileiro um ideal que o conduza a uma finalidade histórica. Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o

Nacionalismo impondo ordem e disciplina no interior, impondo a nossa hegemonia na América do Sul (SALGADO apud, TRINDADE, 1979, p.75).

Partindo dessa reflexão, Plínio Salgado inicia a busca de seu sonho que era da Quarta Humanidade, que segundo ele é destinado aos povos sul-americanos, pois são detentores de qualidades essenciais para uma sociedade pura e integral, que é a base da *Ação Integralista Brasileira*. (SALGADO, 1995, p.XVII).

Na sua literatura, é possível verificar uma grande riqueza ideológica – inclusive no que diz respeito à formação social burguesa – e, com ela, é possível realizar uma profunda abordagem literária, histórica e sociológica, analisando a presença dele no mundo burguês. A defesa de uma identidade para o Brasil pautada nos valores nacionalistas de Plínio Salgado, ocorreria de maneira real no ano de 1926 quando lança a primeira grande obra: *O estrangeiro*, repercussões literárias e políticas serão observadas como em poucos momentos da História da Literatura Brasileira. O autor adota um tom messiânico afirmando ser uma das pessoas com o objetivo de salvar e defender o povo brasileiro:

Em abril de 1926, publicou-se o romance; nunca mais abandonei esta batalha. O drama de meu povo apoderou-se de mim. As dores, os misteriosos tumultos de uma sociedade em formação, as lutas políticas, os caldeamentos étnicos, cosmopolitismo e nacionalismo, civilização artificial e instintos bárbaros da floresta, angústias do pensamento e vagas ansiedades coletivas, tudo isso constituiu, dia a dia, uma orquestra perene que me empolgava no turbilhão de músicas estranhas. Esgotando-se a primeira edição do *O estrangeiro* em vinte dias, meus amigos comemoraram esse fato, oferecendo-me em bronze o personagem do romance que encarnava o espírito imortal da Terra Jovem (SALGADO, 1935, p.5-6).

A determinação do valor de Plínio Salgado na literatura brasileira requer o estabelecimento de algumas linhas determinantes da evolução literária, enquadrando o processo histórico presente. Ele defende uma sociedade baseada no nacionalismo político – como o único caminho para o povo brasileiro:

Nacionalismo não é um simples culto à bandeira, nem pode ser apenas o Hino Nacional. Não é a marcha batida das manifestações militares. Não é a devoção feiticista das formas exteriores da Pátria Política. Nacionalismo é visão

total do país e é, ao mesmo tempo, a consciência particular de cada caráter e de cada tendência [...] O nacionalismo não pode ser apenas um culto ideal e político [...] Não temos tido no Brasil uma compreensão exata do nacionalismo. Nós nos temos limitado a adoração lírica da Bandeira e aos vivas seguidos do Hino Nacional. Pois todas as nossas atitudes têm sido anti-nacionalistas (SALGADO, 1935, p.139).

No marco inicial do movimento integralista, o *Manifesto de outubro de 1932*, Plínio Salgado expõe com clareza seus propósitos para o Brasil. O romancista e político deixa muito claro o desejo ideológico: a defesa de uma política nacionalista baseada no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, a aversão ao cosmopolitismo para a defesa de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista.

Para Plínio Salgado, o cosmopolitismo causaria a destruição do verdadeiro nacionalismo:

A identificação do mundo moderno com a luta de classes elucida um traço ideológico que, volta e meia, aparece no discurso nacionalista dos intelectuais da década de 20 ou 30. Trata-se da mania de explicar nossa realidade social em termos de um conflito entre litoral (infestado de costumes estrangeiros) e o hinterland (reduo apartado da influência européia, núcleo da verdadeira cultura brasileira). Dessa matriz decorre o ataque integralista contra o “mal urbano” e o cosmopolitismo; contra tudo enfim que ostente a marca do ‘mundo ocidental’ (VASCONCELLOS, 1979, p.113).

Nesse discurso pode ser observado um ponto de destaque do pensamento de Plínio Salgado que é a defesa do nacionalismo fascista. O autor não aceita a existência de uma dependência cultural, realiza uma grande luta ideológica contra a ameaça imperialista cosmopolita que cerca o Brasil e, para isso, cria um movimento nacionalista que tem sua base nessa mesma cultura exterior que demonstra aversão.

No estudo *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*, do cientista social Gilberto Vasconcellos, estabelece o objetivo de buscar a especificidade do integralismo enquanto discurso fascista e inserido numa sociedade periférica. Para ele, o integralismo não se constitui como uma cópia do fascismo no Brasil, porque aqui não houve forte tradição liberal, nem proletariado urbano-industrial organizado, nem ponderável movimento comunista, nem fatores que contribuíram para a eclosão de ideologias e movimentos fascistas na Europa.

A defesa de Plínio Salgado parte do fascismo, mas dado ao atraso econômico existente, o discurso adota uma especificidade em relação ao movimento europeu. Devido à existência de um capitalismo brasileiro periférico, a doutrina fascista esteve presente em decorrência do grau de dependência que o Brasil possuía no contexto da década de 1930. Segundo Gilberto Vasconcellos, o país periférico que era constituído em relação às nações capitalistas hegemônicas permitiu que o integralismo, mesmo que inconscientemente, se apropriasse do discurso fascista europeu, não conseguindo realizar a formação de uma cultura nacionalista independente, devido à presença da sociedade periférica (VASCONCELOS, 1979, p.17-18).

Esse movimento surge com o objetivo de defender principalmente os interesses burgueses nacionais contra a ameaça comunista, presente a todo momento no mundo, na década de 1930:

A motivação principal que ocasionou a adesão de cerca de dois terços dos integralistas é o anticomunismo [...] O segundo motivo é a simpatia pelo fascismo europeu. [...] O nacionalismo [...] O tema do nacionalismo está presente na ideologia, tanto no plano afetivo como no intelectual, tendo um papel central na radicalização nacionalista (VASCONCELLOS, 1979, p.152).

Com isso, a partir de 1932, a *AIB* desencadeou um dos maiores movimentos de massa já vistos no Brasil – o integralismo – que funcionou de forma legal até os últimos anos da década de 1930. Após a instauração do governo ditatorial varguista, o integralismo continuou as suas ações políticas na clandestinidade, mas sem o sucesso político de arregimentação experimentado nos anos anteriores. Essas profundas transformações de ordem social, política e econômica da década de 1930 afetaram também profundamente a vida e a obra de Plínio Salgado. O Brasil, segundo Sônia Mendonça (2000, p.322), viveria uma “crise política aberta”. No cenário externo, a crise do capitalismo liberal a partir de 1929, a ascensão dos fascismos na Europa e conseqüente engajamento dos Partidos Comunistas internacionais nas lutas contra os governos totalitários que se instalavam e, no Brasil, devido ao poder único e intenso de Getúlio Vargas, não restará a Plínio Salgado o exílio em Portugal. Era o fim momentâneo do sonho integralista.

A aproximação entre o campo literário e o histórico é algo que ocorre com freqüência, atualmente, no meio acadêmico, como

consequência da renovação francesa da historiografia, com os *Analles*, nos anos 1920. Segundo essa nova corrente, tudo o que se passou é objeto de interesse da história e é com ela que pode ser percebida a sua totalidade, pois por meio da visão defendida por essa renovação, os fatos e acontecimentos não têm importância alguma, mas sim, os critérios escolhidos pelo historiador. Portanto, é possível afirmar que tudo que possui registro é histórico e, sendo assim, passível de ser analisado.

A literatura, na análise de Adriana Facina, pode ser utilizada como fonte de estudo da sociedade, pois cada obra é fruto do seu tempo, sendo o escritor também produto de sua época e de sua sociedade: “toda criação literária é um produto histórico produzido numa sociedade específica, por um indivíduo inserido nela por meio de múltiplos pertencimentos” (FACINA, 2004, p.10).

Assim, deve-se questionar a idéia de uma literatura vista por uma ótica idealista que a enxerga como autônoma em relação à sua produção. “Não se trata de negar a existência do talento individual [...] do criador [...] mas considerá-lo parte da dinâmica social” (FACINA, 2004, p.10).

Sendo assim, a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance – inseri-la no movimento da sociedade, investigar não a sua autonomia em relação à sociedade, mas sim, a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social. Percebendo assim o olhar do escritor, que é parte integrante de um grupo social – os intelectuais – sobre o mundo que o cerca.

O referencial teórico que orienta este ensaio segue a análise de Lucien Goldmann (1990), que coloca o romance como gênero literário criado pela sociedade burguesa, como reprodução literária homóloga do processo de estruturação social.

A literatura é colocada como um meio de representação, capaz de construir e “re-apresentar” uma visão da realidade por meio de códigos específicos, constituídos a partir de uma determinada referência cultural, especialmente a partir de Pierre Francastel (1970) que considera na maioria das vezes, as obras de arte mais ideologicamente “desarmadas” do que os documentos oficiais e, por isso, acabam por revelar mais sobre as ideologias subjacentes.

Analisar um momento da literatura brasileira significa enxergar visões de mundo, tendo que investigar as condições de sua produção, situando seus autores histórica e socialmente. Segundo Adriana Facina, o

autor da literatura é um escritor, ou seja, um intelectual, cujo trabalho é expresso através da preocupação com a estética e com a linguagem, crê que a sua obra é uma arma de modificação social (FACINA, 2004, p.9).

Cada obra literária é fruto de seu tempo, sendo o intelectual um produto de sua época e sociedade. O sociólogo Lucien Goldmann considera que uma estrutura tão complexa como o romance não pode ter nascido da invenção individual e sim de concepções ideológicas vividas no grupo social de origem do escritor. Segundo o estruturalismo genético, os verdadeiros sujeitos da criação cultural são os grupos sociais, cabendo ao sociólogo da literatura estabelecer a homologia entre a ideologia do grupo a que pertence o autor e o pensamento formulado por sua obra. A literatura passa a ser um produto e uma expressão da cultura e da civilização de um povo (GOLDMANN, 1979, p.22). Para Gilberto Mendonça Teles, o pensamento goldmanniano pode ser definido como:

a tensão real existente entre o escritor e a sociedade em que vive reflete-se, em forma de simulacros e homologias, na tensão imaginária entre a personagem e o espaço social criado no romance, donde a possibilidade de categorias classificatórias em face do comportamento e das ações das personagens. (TELES, 1990, p.99).

Assim, as análises sociais presentes na estrutura do romance são um método válido, uma vez que não pretende ser mais que um método, que não têm como objetivo esgotar qualquer tipo de análise literária. A literatura expressa visões de mundo que são influenciadas pela experiência histórica dos grupos sociais que a constituem.

A arte não é colocada como algo secundário, ela faz parte de um processo histórico que compõe a formação dessa visão buscando fundamentos com as relações sociais e muito menos autônoma, não aparecendo por si mesma. A literatura assume o papel de reconstruir a totalidade que é destruída pelo capitalismo que provoca a fragmentação da sociedade, não permitindo o todo social e econômico.

O intelectual que é o responsável por essa organização e reconstrução social é: “um autor engajado, que vê na sua obra um instrumento para mudar o mundo” (FACINA, 2004, p.9). A diferenciação entre os intelectuais principalmente nos textos dos anos das décadas de 1920 e 1930 é notável. A significativa quantidade e variedade de intelectuais e grupos políticos existentes fez com que

ocorresse o aparecimento de novos integrantes de sub-campos intelectuais específicos especialmente com a questão da ideologia nacionalista existente no período.

Ao verificar os romances de Plínio Salgado, este ensaio visa à transformação desses em testemunhos de uma determinada classe social ou de determinadas classes e frações de classes, mirando uma formação social específica (a brasileira, da primeira metade do século XX). Nesta análise poderão ser recuperadas dimensões ideológicas (conotativas) expressas pelo autor por meio da ficção.

Nas últimas três décadas, Plínio Salgado e sua ideologia integralista foram objetos de muitos estudos. No entanto, como literato, o autor foi pouco abordado, embora sua importância seja incontestável não só para a literatura como também para o pensamento humano, pois Plínio Salgado tem a preocupação de colocar, nos romances, seus objetivos políticos, suas intenções doutrinárias, além do pensamento sobre a sociedade brasileira.

A criação literária constitui um campo privilegiado de aplicação do estruturalismo genético. Lucien Goldmann parte do princípio de construção das estruturas cognitivas para aplicá-lo às relações entre o autor e o grupo social. O autor passa a interagir com esse grupo procurando responder as suas expectativas. A criação cultural artística surge como uma resposta significativa e articulada, como expressão das possibilidades objetivas presentes no grupo social.

Goldmann procura identificar novas homologias que se estabelecem entre o liberalismo e a manifestação literária presente no período burguês: o romance. O sociólogo parte da relação entre obra artística e classe social para construir o pensamento da sociologia da literatura.

Observa-se nas obras literárias de Plínio Salgado, uma crítica a todo o sistema brasileiro, sendo a sociedade colocada como infeliz; daí a necessidade de mudança para a defesa do forte nacionalismo. Enquanto o comunismo e o liberalismo são tratados como males que têm de ser extirpados da sociedade, o integralismo é colocado como o único capaz de salvar a humanidade desses inimigos da ordem. Nos romances, essa análise da sociedade brasileira é clara, pois seus pensamentos de salvação para o Brasil são expressos por meio da crítica à sociedade que, em muitos momentos, é considerada apática por não lutar contra o mal.

A busca do autor pelo valor autêntico ocorre por meio do pensamento intelectual, já que buscava o nacionalismo na teoria; entretanto, o intelectual não encontra resposta, porque não consegue realizar a transcendência vertical do mundo burguês em que vive. O ato de agir é um reflexo de sua instância econômica; portanto em sua tomada de posição diante da realidade social, Plínio Salgado terá em sua concepção política a defesa da sociedade que o cerca, a burguesa, buscando por sua própria conta os meios estético-ideológicos adequados à reprodução da realidade pensada por ele.

Para comprovar ou não essas afirmativas, foram avaliados os seis romances de Plínio Salgado: *O estrangeiro*; *O esperado*; *O cavaleiro de Itararé*; *A voz do oeste*; *Trepandé*; *O dono do mundo*. Deles, foi selecionada a última obra da vida do autor: *O dono do mundo*, pela razão que se segue.

O romance representa a última fase da vida do autor. Nele, podem ser observadas não só a mudança do pensamento como também a desilusão com a sociedade brasileira. Plínio Salgado não finalizou esse romance, mas mesmo assim, é possível utilizá-lo na análise proposta, pois a ideologia política pode ser observada de uma maneira não vista antes: trata-se da imagem de um político desiludido por nunca ter alcançado o poder que tanto almejava.

Segundo o crítico literário Wilson Martins, nas obras de Plínio Salgado:

Se encontram as tendências místicas e o simbolismo vago que iriam tomar corpo tanto na sua ficção quanto na sua doutrinação política; literariamente, é uma espécie de segundo caldo simbolista em que se encontram. [...] Nele, a política é mística e o misticismo é político; assim, a nobreza inegável da primeira parte anula-se pela sordidez inevitável da segunda (MARTINS, 1978, p.249).

A última produção literária de Plínio Salgado é uma obra esquecida pela crítica. Trata-se do livro que não foi concluído em decorrência de sua morte, como pode ser comprovado em um pequeno comentário assinado por Gumercindo Rocha Dórea, responsável pela edição em 1999: “Estas, leitor amigo, foram as últimas páginas, para um livro, elaboradas por Plínio Salgado” (DÓREA in SALGADO, 1999). É um livro sem final que apesar de incompleto, é importante por se diferenciar totalmente dos outros de sua autoria.

A trama, assim como composição literária, isto é, a forma do romance sofre uma modificação que pode representar uma reprodução da mudança ideológica. Ao escrever esse romance, o autor quis inovar principalmente a forma de tratar as personagens e o enredo. A intenção do escritor foi redigir um texto de ficção científica, produzindo uma grande diferença estrutural em relação às obras anteriores. O romance foi escrito trinta e seis anos depois de *Trepandé*. Por isso as mudanças são visíveis, como, por exemplo, na forma, deixando de lado as técnicas adotadas pelo modernismo. No longo intervalo de inatividade romanesca, Plínio Salgado dedicou-se apenas a obras doutrinárias; estas, certamente, influenciaram sua forma de escrever.

Plínio Salgado adotou nesse romance um tom profético, afirmando que o apocalipse chegará com o desenvolvimento tecnológico e o advento das máquinas, expressões da força urbanística e que não são o mais correto para a defesa nacionalista devido à influência externa existente. Além disso, o autor enxerga na agricultura a saída para o desenvolvimento nacionalista, eliminando assim todas as chances de influência exterior.

O enredo do romance ocorre em meados da década de 1970, na cidade de Ouro Claro, em Minas Gerais e tem como personagem central o engenheiro Pedro Adamus, que é o único ser humano do planeta a não ser exterminado após uma experiência ocorrida no oceano Glacial Ártico, na ilha de Spitzberg, onde um sábio elabora uma emanção super magnética, sutil e silenciosa com o objetivo de eliminar todos os seres humanos sem deixar vestígios (SALGADO, 1999, p.9).

No momento da experiência, Adamus estava quilômetros abaixo da terra e não é atingido pela emanção. Ao retornar à superfície, percebe o desaparecimento de todos os seres humanos: pelas ruas e casas, apenas suas roupas e objetos jogados; a cidade está completamente deserta. Adamus inicia uma peregrinação pelo Brasil e depois pelo mundo em busca de uma explicação do sumiço.

Plínio Salgado coloca Adamus como uma vítima do cosmopolitismo, que é mais uma vez o objeto de crítica do autor. O cosmopolitismo, que para o autor é o grande mal, é consequência do processo de desenvolvimento industrial capitalista que traz consigo a possibilidade de ocasionar a morte do nacionalismo. A máquina, para Plínio Salgado, é o símbolo da modernização, justamente onde ocorre o crescimento burguês. O tema aparece com frequência em suas obras

por ser a base de seu pensamento. Essa criação de mundo, segundo o literato, não é o ideal para o Brasil, pois levará à desgraça e ao extermínio. Para ele, é necessária uma criação de um novo modelo de mundo, baseado na simplicidade da vida.

Essa obra é uma crítica ao avanço tecnológico e à modernização extremada, marcas fortes do individualismo burguês presente na sociedade. Vale lembrar que a obra foi escrita em meados da década de 1970. O autor critica o grande mal de uma sociedade, o cosmopolitismo, tido como conseqüência deste desenvolvimento tecnológico, que com ele trouxe o individualismo e a luta de classes, considerados inadmissíveis.

O cosmopolitismo esteve presente na vida política de Plínio Salgado, no *Manifesto de outubro de 1932*, principal documento político do integralismo, no qual um dos alvos de maior crítica é esta influência estrangeira que acaba com a pureza do brasileiro:

Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. Desprezaram todas as nossas tradições. E procuram implantar a imoralidade de costumes. Nós somos contra a influência perniciosa dessa pseudo-civilização, que nos quer estandardizar (SALGADO, 1982, p.7).

O pensamento de destruição do homem, presente em *O dono do mundo*, é uma defesa de Plínio Salgado. Para ele, a humanidade foi destruída pelo cosmopolitismo e precisa ser reconstruída:

Periclita a civilização ocidental. E periclita justamente porque sobre areia tem sido edificada. É uma civilização puramente técnica e baseada no individualismo, que exclui toda a consideração do homem integral, ou simplesmente do Homem. [...] A sociedade está enferma, desorganiza-se e agoniza, porque os homens, que são seus elementos constitutivos básicos, desaparecem da superfície da terra... No lugar dos homens, aparecem os profissionais. E o profissional desconhece tudo o que diz respeito ao Homem (SALGADO, 1960, p.10-11).

O romance tem como eixo central a crítica da sociedade humana individualista, que para o autor é um mal que deve ser combatido, pois a conseqüência é a sua dissolução, como ocorreu na obra: “Sendo uma civilização individualista, prepara o mundo para o coletivismo, isto é, para a anulação total da personalidade humana” (SALGADO, 1960, p.11).

Essa anulação da sociedade humana é justamente a crítica que o autor faz no momento de seu discurso político, crendo que a eliminação das mazelas da sociedade brasileira ocorrerá pela ação espiritual e por meio de uma consciência nacional (VASCONCELLOS, 1979, p.36). Esse discurso de ação espiritual será inclusive a especificidade do integralismo enquanto discurso fascista: “A fim de mostrar a autonomia do integralismo em relação aos fascismos europeus, os camisas-verdes apontavam a ‘maior dose de espiritualidade’, ou o ‘primado do espírito’, contido em sua doutrina” (SALGADO, 1960, p.23).

No romance, essa afirmação é visível, exemplificada pela destruição da humanidade cheia de valores burgueses, causando assim o extermínio humano. A reconstrução da humanidade na obra irá ocorrer através do personagem Adamus, pois para Plínio Salgado:

Reconstruir o Homem é levar o próprio Homem a reconquistar-se. É instruí-lo a fim de que se restaure se refaça, e venha a ocupar o seu trono perdido. [...] Reconduzir o Homem àquele esplendor das Harmonias Divinas, em que ele exerce a sua integral soberania, impondo a força dos valores morais onde pretendam imperar as forças bárbaras e desconexas dos valores morais onde pretendam imperar as forças bárbaras e desconexas dos valores materiais em conflituosa desordem. Ou fazemos isso, ou o mundo não terá salvação (SALGADO, 1960, p.16-17).

Essa destruição humana descrita no romance é relacionada ao materialismo, que para o autor é o mal que deve ser exterminado da sociedade. Para ele, o homem se destruiu; daí a pregação do espiritualismo integralista:

Ambos – o capitalismo e o socialismo – são intrinsecamente materialistas [...] cumpre notar que o materialismo capitalista não objetivava nenhuma finalidade moral, ao passo que o materialismo socialista preocupa-se com o ideal da justiça, trazendo, pois um conteúdo moral, ainda que essa moral tenha caráter exclusivamente utilitária. [...] O materialismo será destruído pelo próprio materialismo e essa civilização de que tanto nos orgulhamos – se não se embasar em alicerces espiritualistas e cristãos – não encontrará nenhum meio de manter-se (SALGADO, 1960, p.22).

Com isso, pode-se observar claramente que a sociedade destruída no romance *O dono do mundo* tem sua dissolução causada pelos regimes econômicos que rondavam o mundo na década de 1970:

capitalismo e socialismo. Propõe, portanto, para a reconstrução humana, a força moralista espiritual que é a base do Estado Integral. Esse moralismo defendido por Plínio Salgado será a base para a reconstrução humana contra a dissolução causada pelo cosmopolitismo. Isso ocorrerá por intermédio do personagem Adamus. Entretanto, essa reconstrução proposta encontrará alguns empecilhos que não foram demonstrados no romance – devido ao fato de não ter sido finalizado – já que Adamus, teoricamente responsável pela reconstrução humana, é um cidadão vindo de uma família essencialmente burguesa. Mesmo que seu caráter fosse deixado de lado, a influência burguesa continuaria a existir, já que a base do Estado Integral é de base burguesa. Assim, a eterna busca pelo valor autêntico de Plínio Salgado mais uma vez ocorrerá de maneira equivocada, levando à dissolução do personagem. No caso específico de *O dono do mundo*, a dissolução da humanidade é demonstrada, mas não há como saber se o autor pretendia causar o extermínio de Adamus. Independente disso, a busca pelo nacionalismo não seria alcançada devido à presença burguesa na ideologia integralista, que mostra a forte defesa de Plínio Salgado pelo integralismo mesmo no momento final de sua vida.

Adamus, mesmo não morrendo, é classificado como o herói problemático do romance, assim como toda a civilização humana. Adamus pode ser colocado como sendo o próprio Plínio Salgado, que se vê sozinho após uma vida de luta pelo nacionalismo integralista. A sociedade o deixa só vagando pelo mundo em busca de respostas sobre a catástrofe. A reconstrução do homem seria buscada por meio da doutrina nacionalista cristã do integralismo. No entanto, observa-se que o autor passou a vida buscando respostas de como aplicar o valor autêntico na sociedade, mas ele fora sempre buscado dentro de uma sociedade burguesa, e o romance vem comprovar esse equívoco do autor.

Este pequeno ensaio teve como objetivo analisar de maneira sucinta apenas uma parte da produção literária de Plínio Salgado para servir de amostragem da possível relação com o estruturalismo genético goldmanniano. Nos estudos realizados sobre as obras ficcionais de Plínio Salgado, percebe-se uma crescente politização da temática do autor, permitindo constatar que ele mostra-se sensível aos problemas políticos e, ainda, aberto às influências ideológicas. Assim, nota-se que

o autor pretendeu transformar os romances em fontes ideológicas, pois neles percebe-se claramente a idéia integralista.

Nos romances, o intelectual Plínio Salgado não conseguirá desvincular-se do mundo em que vive para buscar o valor autêntico. Por isso a vitória não ocorre, pois o caminho é percorrido de maneira equivocada devido à impossibilidade de desvinculação do Estado existente. O nacionalismo almejado passa a ser um valor burguês da sociedade, uma vez que seu objetivo é atender o grupo que o ronda: a pequena burguesia.

Visto à luz da teoria goldmanniana, esse herói problemático busca a ruptura da sociedade, o que ocorre de uma maneira equivocada, já que os valores autênticos são vistos por essa mesma sociedade de maneira alienada. O romance deveria mostrar caminhos para os problemas, mas devido ao fato de ser uma criação burguesa, não acontecerá a desvinculação do herói problemático com o autor. Na maior parte das vezes, ele se retratará no herói problemático. O autor não encontra saída para os questionamentos criados pelo personagem, já que é a sua vida que está sendo retratada dentro de uma vida burguesa, de um Estado burguês. Assim, o fim do herói problemático acaba sendo sua destruição: a morte.

O romance é composto por biografia e crônica social e Plínio coloca sua vida e experiências nos romances; por isso o herói é o problemático, portanto, sem valores autênticos num mundo de convenções existentes – as convenções burguesas. O herói está inserido numa sociedade individualista – pois é nela que o escritor vive – e, portanto, sua busca ocorre dentro de um contexto burguês. O romance é um gênero que estabelece uma ruptura entre herói e mundo, mas ela ocorre de maneira equivocada, pois o autor não consegue realizar a transcendência vertical, que consiste em não se colocar no romance. De acordo com a teoria goldmanniana, o autor não consegue realizar a transcendência vertical porque suas aspirações e desejos são sempre colocados na obra. Com isso, os valores usuais da sociedade burguesa passam a ser expressos. O romance é o único gênero literário em que a ética do romancista converte-se em problema estético da obra. A criação burguesa do escritor – o romance – precisa da presença do herói problemático a fim de buscar os valores autênticos.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UNB, 1987.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BIGNOTTO, Newton. Os sentidos da utopia. In: ANDRÉS, A. (Org.) *Utopias, sentidos, minas, imagens*. Belo Horizonte: UFMG, 1993. p.60-73.

FACINA, Adriana. *Literatura & sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. Macunaíma: sintoma de cultura nacional. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FRANCASTEL, Pierre. *Sociologie de l'art*. Paris: Anthropos, 1970.

GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?* São Paulo: Difel, 1979.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Literatura e autoritarismo: o pensamento político nos romances de Plínio Salgado*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração: Literatura Brasileira) - Programa de Pós-graduação do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.316-326.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PIGLIA, Ricardo. Una propuesta para el nuevo milenio. Margens/márgenes. *Caderno de cultura*, Belo Horizonte; Mar del Plata; Buenos Aires, n. 2, out. 2001.

SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. São Paulo: GRD, 1995.

_____. *A voz do oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

_____. *Despertemos a nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. *Manifesto de outubro de 1932*. São Paulo: Voz do oeste, 1982.

_____. *O cavaleiro de Itararé*. São Paulo: Panorama, 1948.

_____. *O dono do mundo*. São Paulo: GRD, 1999.

_____. *O esperado*. São Paulo: Voz do oeste, 1981.

_____. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Reconstrução do homem*. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1960.

_____. *Trepandé*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

TELES, Gilberto Mendonça. *A crítica e o romance de 30 do Nordeste*. Rio de Janeiro: Atheneu cultura, 1990.

_____. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1. p.351-386.

Artigo recebido em abril 2008 e aceito para publicação em agosto de 2008.